



O ENSINO DO RACISMO NA FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA: UMA COMPREENSÃO DAS TRAJETÓRIAS PERCORRIDAS POR PROFISSIONAIS DA ÁREA SOBRE O TEMA

Ticiane Lúcia dos Santos¹

*Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-graduação em Psicologia,
Santa Maria, RS, Brasil.*

Samara Silva dos Santos²

*Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-graduação em Psicologia,
Santa Maria, RS, Brasil.*

Meiridiane Domingues de Deus³

*Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-graduação em Psicologia,
Santa Maria, RS, Brasil.*

Resumo: No processo de ensino e aprendizagem da Psicologia, parte-se do pressuposto de que há lacunas no ensino sobre as relações raciais e o racismo, sendo que esta ausência pode impactar na maneira pela qual as(os) psicólogas(os) desenvolvem suas práticas nas diversas áreas de atuação e no âmbito das políticas públicas. Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa que buscou analisar o ensino temático do racismo nas trajetórias formativas de psicólogas(os) da cidade de Santa Maria/RS. O estudo utilizou a análise hermenêutica dialética das informações obtidas por meio de diário de campo, formulário e entrevista semiestruturada realizada com as(os) profissionais psicólogas(os). Nos resultados discute-se a ausência de conteúdos relacionados ao racismo durante a formação acadêmica em Psicologia e os impactos dessa ausência de estudos sobre as relações raciais nos currículos.

Palavras-Chave: Psicologia Social; Racismo; Ensino; Relações Raciais.

¹ Psicóloga UFSM (2011) e Mestre em Psicologia pela UFSM (2022). Técnica Administrativa em Educação, cargo de Psicóloga na UFSM desde 2013. E-mail: ticiane.lucia@ufsm.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5756-0330>

² Psicóloga, Mestre e Doutora em Psicologia. Professora do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: samara.santos@ufsm.br e ORCID: <https://orid.org/0000-0002-7171-5113>

³ Psicóloga, Mestre e Doutora em Psicologia. Pós-doutoranda do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: meiridiane.psi@gmail.com e ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9322-0162>



TEACHING ABOUT RACISM IN PSYCHOLOGY TRAINING: AN UNDERSTANDING OF THE TRAJECTORIES TAKEN BY PROFESSIONALS IN THE AREA OF SUBJECT

Abstract: In the teaching and learning process of Psychology, it is assumed that there are gaps in teaching about racial relations and racism, and this absence can impact the way in which psychologists develop their practices in the different areas of activity and in the scope of public policies. This study is characterized as a research that sought to analyze the thematic teaching of racism in the formative trajectories of psychologists in the city of Santa Maria/RS. The study used dialectical hermeneutic analysis of the information obtained through a field diary, form and semi-structured interview carried out with professional psychologists. The results discuss the absence of content related to racism during academic training in Psychology and the impacts of this absence of studies on racial relations in the curricula.

Keywords: Social Psychology; Racism; Teaching; Race Relations.

LA ENSEÑANZA DEL RACISMO EN LA FORMACIÓN EM PSICOLOGÍA: UNA COMPRESIÓN DE LAS TRAYECTORIAS RECORRIDAS POR PROFESIONALES EN EL CAMPO DEL TEMA

Resumen: En el proceso de enseñanza y aprendizaje de la Psicología se asume que existen vacíos en la enseñanza sobre las relaciones raciales y el racismo, y esta ausencia puede impactar la forma en que los psicólogos desarrollan sus prácticas en los diferentes ámbitos de actuación y en el ámbito de las políticas públicas. Este estudio se caracteriza por ser una investigación que buscó analizar la enseñanza temática del racismo en las trayectorias formativas de psicólogos en la ciudad de Santa Maria/RS. El estudio utilizó el análisis hermenéutico dialéctico de la información obtenida a través de un diario de campo, formulario y entrevista semiestructurada realizada con psicólogos profesionales. Los resultados discuten la ausencia de contenidos relacionados con el racismo durante la formación académica en Psicología y los impactos de esa ausencia de estudios sobre las relaciones raciales en los currículos.

Palabras-clave: Psicología Social; Racismo; Enseñando; Relaciones raciales.



L'ENSEIGNEMENT DU RACISME DANS LA FORMATION EN PSYCHOLOGIE: UNE COMPRÉHENSION DES TRAJECTOIRES PARCOURUES PAR LES PROFESSIONNELS DE TERRAIN SUR LE SUJET

Résumé: Dans le processus d'enseignement et d'apprentissage de la psychologie, on suppose qu'il existe des lacunes dans l'enseignement des relations raciales et du racisme, et cette absence peut avoir un impact sur la manière dont les psychologues développent leurs pratiques dans les différents domaines d'activité et dans le cadre des politiques publiques. Cette étude se caractérise comme une recherche visant à analyser l'enseignement thématique du racisme dans les trajectoires formatives des psychologues de la ville de Santa Maria/RS. L'étude a utilisé une analyse herméneutique dialectique des informations obtenues à travers un journal de terrain, un formulaire et un entretien semi-structuré réalisé avec des psychologues professionnels. Les résultats discutent de l'absence de contenus liés au racisme lors de la formation académique en psychologie et des impacts de cette absence d'études sur les relations raciales dans les curricula.

Mots-clés: Psychologie sociale; Racisme; Enseignement; Relations inter-raciales.

INTRODUÇÃO

A história brasileira, em relação às questões raciais, é marcada pela resistência em discutir sobre como a raça tem sido um fator significativo para a compreensão de como as desigualdades sociais impactam a população negra. O colonialismo deixou marcas sociais e estruturais no Brasil, posicionando a população branca como beneficiária do sistema escravagista que oprimiu, explorou e dominou a população negra, causando impactos negativos que persistem historicamente na sociedade. Além da extrema violência que foi imputada a população negra durante o sistema escravagista, observa-se que atualmente, o genocídio negro brasileiro (NASCIMENTO, 2016) perpetua as diferentes formas de aniquilamento físico, psicológico, identitário e social desse grupo racial no país.

A exclusão das contribuições da população negra também ocorre no âmbito da ciência e impacta os processos educativos e formativos de profissionais das diversas áreas. Nas universidades ocidentalizadas (GROSFOGUEL, 2016) tem se discutido cada vez mais sobre as epistemologias, metodologias e produções teóricas que estejam contextualizadas social e historicamente aos territórios e realidades as quais são



produzidas A busca pelo modelo universal não é isenta de interesse, neutra e objetiva, pois na modernidade, a centralidade do conhecimento científico pelo norte cêntrico (Estados Unidos, Itália, Alemanha, França e Inglaterra) surge a partir do domínio e epistemicídio de outras populações, como os africanos (GROSFOGUEL, 2016).

Portanto, a universidade enquanto espaço de produção de conhecimento acaba por reproduzir os problemas sociais que têm influenciado a experiência de vida dos seres humanos, sendo o racismo institucional uma das expressões observadas nas instituições e organizações que acaba perpetuando os preconceitos e trazendo prejuízos concretos para a população negra. O racismo atravessa vivências e processos de formação acadêmica de pessoas negras na universidade (MOREIRA, 2021). O conceito de racismo institucional refere-se a diversas formas de funcionamento das instituições e organizações que contribuem para a reprodução e naturalização das desigualdades sociais e econômicas (LÓPEZ, 2012).

Nas universidades, a implementação de Ações Afirmativas foi fundamental para garantir o acesso ao ensino superior e a oportunidade de qualificação e inserção no mercado de trabalho à população negra, que foi historicamente excluída dos espaços de educação. Entretanto, outros desafios ocorrem com a entrada de estudantes negros e negras no ambiente universitário, os quais acabam por influenciar na experiência formativa marcada pelo racismo institucional. Como afirma Moreira (2021) no espaço acadêmico

a supremacia branca acadêmica continua o seu projeto de colonizar mentes por meio de currículos embranquecidos; corpo docente sem representatividade negra e indígena; ausência ou escassez de investimento em pesquisa científica com o enfoque contra-hegemônico, imposição de fronteiras entre o que se supõe sobre estudantes negras/os, indígenas, LGBTI, periféricas/os, e o que de fato podem expressar ser (MOREIRA, 2021, p. 125).

Assim, o racismo institucional age de forma difusa, mas sob uma análise minuciosa, observa-se como as instituições acabam reproduzindo, pois “extrapola as relações interpessoais e instaura-se no cotidiano institucional, inclusive na implementação efetiva de políticas públicas, gerando de forma ampla, desigualdades e iniquidades” (LÓPEZ, 2012, p.127).



Na Psicologia, o racismo institucional acaba se manifestando de diversas formas, entre elas o acesso de estudantes negros ao ensino superior, assim como no cotidiano de ensino e aprendizagem nota-se a dificuldade da inserção das relações raciais como temática relevante na compreensão das subjetividades da população brasileira. A respeito da formação acadêmica em Psicologia há uma lacuna do ensino sobre relações raciais e o racismo como importantes problemas sociais e estruturais no país, que podem impactar na maneira pela qual os profissionais desenvolvem suas práticas e o atendimento oferecido nas diversas áreas de atuação e no âmbito também das políticas públicas. Moura (2003) afirma que a Psicologia deve tratar e estudar o ser humano considerando suas peculiaridades e diversidades, com isso, as(os) profissionais devem entender que as relações raciais no Brasil existem e assim, cabe às/aos psicólogas(os) assumir e se implicar na construção de atendimentos e conhecimentos coerente com as ciências humanas e as realidades brasileiras.

Em pesquisa realizada com estudantes de Psicologia de uma universidade pública no sudeste do país, Schucman e Santos (2015) investigaram a concepção das(os) alunas(os) sobre a raça como marcador que opera nas desigualdades sociais, assim como a relevância dos estudos das relações raciais na formação de psicólogas(os). Os resultados mostraram que em relação ao estudo sobre as relações raciais durante a formação, as/os estudantes afirmaram não ter estudado com profundidade sobre a temática na graduação, sendo que a maior parte das(os) alunas(os) entrou em contato de forma pontual com o assunto (SANTOS & SCHUCMAN, 2015).

Já na pesquisa realizada por Khouri e Castelar (2016) sobre o estudo das relações étnico-raciais durante a graduação houve a participação de estudantes autodeclaradas(os) como negras(os) pertencentes a uma faculdade de Psicologia particular no estado da Bahia. O estudo buscou investigar se havia a inserção desse conteúdo nas disciplinas e como ocorria a abordagem sobre o racismo e relações raciais. Os resultados obtidos por meio da pesquisa mostraram que o ensino sobre a temática ocorre, mas ainda de maneira pontual e não são todos as/os docentes que se envolvem com a abordagem do assunto relações raciais. Tal como afirma Moura (2003) as instituições formadoras necessitam se implicar na revisão e construção de grades curriculares que possuam estudos sobre diversidade, direitos humanos e relações raciais.



No relato de prática profissional realizado por Suleiman (2014) há o desenvolvimento de atividades que tem como objetivo o trabalho com a Lei nº 10.639/2003 (BRASIL, 2003) que trata sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira durante a realização de estágio curricular em licenciatura de Psicologia. O público-alvo do estudo foram estudantes do magistério que participaram de oficina com três horas de duração, discutindo sobre o preconceito e a discriminação relacionadas à negritude que ocorrem no âmbito escolar e educacional. Ao final, a autora considera importante a proposta da oficina, considerando que a Psicologia pode contribuir para o processo de formação de professores de modo a problematizar e desnaturalizar estereótipos e preconceitos relacionados a relações étnico-raciais e sociais vigentes no Brasil (SULEIMAN, 2014).

O questionamento em relação ao ensino temático sobre o racismo e estudos na área da Psicologia e relações raciais estar ou não ocorrendo nos cursos de graduação é necessário para que se possa averiguar como a formação na área tem preparado as(os) profissionais para atuar em diferentes espaços cujas práticas podem acabar reproduzindo as problemáticas sociais, caso não haja um processo de reflexão ativa e crítica. Assim, no país onde a democracia racial (SALES JR., 2006) ainda se manifesta como mito de uma suposta igualdade em que não pesa o marcador racial na experiência social dos indivíduos, é importante pensar sobre como as práticas no ensino, pesquisa e demais áreas têm sido influenciados por essa ideologia.

Apesar de os saberes psicológicos estarem presentes nos estudos científicos desenvolvidos desde o final do século XIX, foi apenas na década de 1960 que houve a promulgação da Lei 4.119 de 1962 (BRASIL, 1962), oficializando a formação e regulamentando a profissão de psicólogo(a) no país. Com a Lei Nº 5.766 de 1971 (BRASIL, 1971) tem-se a criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais da Psicologia, importantes órgãos que acompanham, fiscalizam e orientam as(os) profissionais da área.

Já a primeira documentação que regulamenta o currículo mínimo a ser desenvolvido para a formação de psicólogos(as) é do ano de 1962, o parecer nº 40 do Conselho Federal de Educação, aprovado no mês de dezembro, que estabelece as principais disciplinas a serem ministradas nos cursos de Psicologia no país. A compreensão de que a formação se constitui além de um mínimo de conteúdos a serem ministrados, para



uma concepção que integra e contextualiza a formação a partir da realidade social a qual está vinculada, tem como resultado a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a graduação na Psicologia divulgada no ano de 2004.

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) da Psicologia, elaboradas no ano de 2004 e republicadas no ano de 2011, introduziram uma nova perspectiva sobre a formação em Psicologia, na medida em que possibilitam novas reflexões sobre os processos de trabalho, os estágios básicos, os núcleos comuns ou ênfases do currículo (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2018). Mas, a DCN de 2011 tornou-se obsoleta em função das mudanças relativas aos cursos de licenciatura. No ano de 2018, instituiu-se o Ano da Formação em Psicologia, e com isso, ocorreram reuniões democráticas com foco nas revisões coletivas da DCN de 2011, em que participaram representantes dos Conselho Federal de Psicologia (CFP), Associação Brasileira de Ensino (ABEP), Federação Nacional dos Psicólogos (FENAPSI), docentes, estudantes, profissionais que colaboraram para a construção de um novo documento.

Atualmente, há uma minuta relativa às Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Graduação em Psicologia (CFP, 2018) que se encontra em processo de homologação. Este documento aborda dentre os vários temas, a necessidade de compreensão das questões sociais desiguais e estruturais do país, considerando-as de modo interseccional. Em 2019, o Parecer nº 1071/2019 do Conselho Nacional de Educação, fruto do empenho de diferentes entidades em repensar a formação profissional, estabelece as novas DCN no âmbito da Psicologia e atualmente, ainda se encontra em trâmite no Ministério da Educação (MEC).

A proposta das novas diretrizes traz a formação da(o) psicóloga(o) no bacharelado, sendo ofertada a possibilidade de formação complementar em licenciatura. O documento redigido com a participação democrática de entidades e demais atores sociais, buscou orientar a constituição de cursos na área que tenham um núcleo comum de conhecimentos e um núcleo com ênfases de atuação, as quais serão determinadas pelas instituições a partir de seus objetivos e do contexto social e regional nas quais estão inseridas. Com isso, há uma ampliação no escopo do que deveria ser a formação acadêmica e profissional das(os) psicólogas(os), não relegada a um determinado conjunto de disciplinas constituintes de um currículo mínimo, e sim, articulando com as



demandas sociais e históricas brasileiras (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2019).

As diretrizes não trazem especificamente um artigo que versa diretamente sobre o ensino voltado para questões sociais estruturantes como o racismo, o sexismo, o capacitismo, entre outros no núcleo comum ou nas ênfases. Nos artigos que falam especificamente da obrigatoriedade em oferecer a licenciatura, é possível observar que se elenca a necessidade de discutir a História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, conforme a Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008. Os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) podem abarcar em suas ênfases os conteúdos que considerem as desigualdades estruturantes, porém cabe destacar que a licenciatura sendo opcional, não garante que os cursos tragam para seus PPCs a discussão das temáticas como o racismo que também são importantes para a formação e exercício profissional.

A formação plural e contextualizada tem sido pauta de amplos debates, mas no cotidiano, como tem sido o processo de ensino de diferentes questões pertinentes à realidade social brasileira? A Psicologia e relações raciais têm sido áreas abordadas na graduação e demais formações, buscando contextualizar e compreender como a raça estrutura nossa sociedade? A partir desses questionamentos, este artigo abordará a discussão sobre o ensino temático do racismo nas trajetórias formativas de psicólogas(os) da cidade de Santa Maria/RS.

MÉTODO

A pesquisa “O Racismo como tema transversal na formação acadêmica de psicólogas(os) de Santa Maria - RS”, aprovada pelo Comitê de Ética registro CAAE 48638421.8.0000.5346, número do parecer 4.844.550, foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Através do estudo, buscou-se contextualizar e compreender acerca dos significados que as/os participantes, profissionais da Psicologia, constroem sobre o racismo e se ocorreu o estudo deste conteúdo durante suas trajetórias acadêmicas.

A pesquisa teve como campo de estudo a cidade de Santa Maria, localizada na região central do Rio Grande do Sul, município conhecido por abrigar importantes instituições de ensino superior, sendo que atualmente, existem pelo menos cinco cursos de



Psicologia em funcionamento na cidade. O estudo contou com a participação de psicólogas(os) cadastradas(os) e ativas(os) no Conselho Regional de Psicologia da sétima região - CRP 07 - que estivessem atuando como psicólogas(os) durante a realização do estudo, independente da instituição de formação, área de prática profissional e abordagem teórica.

A divulgação da pesquisa ocorreu por meio das mídias sociais e foi utilizado o método *snowball* com o intuito de haver indicação de possíveis participantes a partir da rede de contatos articulada durante a execução da pesquisa (VINUTO, 2014). É importante destacar que o estudo foi desenvolvido durante a pandemia do coronavírus, o SARS COV-2, que ao infectar humanos poderia causar o adoecimento destes pela Covid 19, doença com inúmeras complicações de saúde, inclusive gerando alto número de óbitos. Assim, foram adotadas medidas de distanciamento, a fim de diminuir a disseminação do vírus, sendo que a pesquisa foi planejada tendo como foco a proteção e segurança de todos os envolvidos e, por isso, suas etapas de coleta de informações foram realizadas *on line*.

As(os) participantes foram informadas(os) sobre os objetivos da pesquisa, esclarecendo quaisquer dúvidas em relação aos seus procedimentos, aos seus direitos, os riscos e benefícios que envolviam a participação no estudo. A fim de registrar a anuência foram elaborados dois Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), um para a participação no questionário *online* e outro para a entrevista semiestruturada.

Os instrumentos utilizados e construídos para a pesquisa foram: um questionário *online*, a elaboração de um roteiro de entrevista semiestruturada e a escrita de um diário de campo pela pesquisadora. A pesquisa foi realizada em duas etapas e em momentos diferentes. A primeira relacionou-se à aplicação do questionário *online* em que as(os) participantes puderam responder inicialmente sobre as questões relacionadas ao estudo da temática racial nos currículos e foram convidados a realizar a entrevista semiestruturada, com o intuito de acolher mais informações.

Nesta etapa, participaram 14 profissionais de Psicologia. Já a segunda etapa, caracterizou pela realização das entrevistas semiestruturadas em que foi possível identificar as concepções pessoais dos participantes sobre o racismo e o seu estudo



durante a formação profissional na Psicologia tendo a participação de seis (6) profissionais psicólogas(os).

Para a realização da pesquisa foi necessário adaptações em função do contexto pandêmico. Assim, o questionário foi estruturado *online* utilizando o formulário do *Google*, e já a entrevista foi adaptada para o meio virtual, sendo utilizada uma plataforma digital de videoconferência - *Google Meet* - que possibilitou o encontro em tempo real e a gravação para posterior transcrição e análise. As seis entrevistas realizadas, foram gravadas com a ciência e anuência das(os) participantes, sendo transcritas e passando em seguida ao processo de análise na qual se tomou como referencial a análise hermenêutica dialética de Minayo (2002). As(os) psicólogas(os) que participaram do estudo receberam nomes fictícios ao serem identificados durante a pesquisa, a fim de manter preservado o anonimato.

A análise hermenêutica dialética de Minayo (2002; 2014) serviu como orientadora devido a seu processo de organização e compreensão das informações que considera a contextualização histórica, social e os demais determinantes que possam estar influenciando o processo de construção dos sentidos e significados expressos pelos participantes durante a pesquisa.

A pesquisa foi desenvolvida de acordo com as normas éticas considerando a Resolução N° 466 de dezembro de 2012, a Resolução N° 510 de abril de 2016, o Ofício 02/2021 do CONEP e as demais que versam sobre estudos realizados com seres humanos. As informações que serão objeto de análise neste artigo respeitam a privacidade e a dignidade dos sujeitos envolvidos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste artigo serão discutidas estas questões principais: houve o estudo sobre o racismo durante a formação acadêmica (graduação) dos profissionais da Psicologia? Se houve, como foi a abordagem e em quais disciplinas? Além das disciplinas curriculares, houve outras atividades extracurriculares que auxiliaram o processo de aprendizagem sobre a temática? As(os) profissionais utilizaram-se de outros espaços como coletivos ou movimentos sociais para debater sobre o racismo e suas implicações no fazer



psicológico? Observa-se que além de investigar sobre como o racismo aparece enquanto conteúdo na graduação, buscou-se compreender se a trajetória pessoal das(os) profissionais pode contribuir para a formação na área de relações raciais.

Em relação ao estudo sobre o racismo em disciplinas curriculares durante a graduação em Psicologia, ao serem questionadas(os), dez profissionais afirmaram não recordar sobre o ensino deste conteúdo durante o curso ou consideraram insuficientes as formas pelas quais o assunto foi abordado. Ao serem questionadas(os) as(os) participantes responderam que

Não tive, olha assim, e aí que tá né, hã a gente não vê nenhum um pouco, quando a gente vai né estudar sobre sei lá, um transtorno específico sabe, por exemplo assim. A gente não fala sobre esses atravessamentos sabe, de gênero de raça, não. Fica uma coisa como se todo mundo fosse uma universal sabe, uma pessoa universal que vai sentir dessa forma né, então a gente não estuda muito pensando todos esses atravessamentos da vida assim né, e daqui a pouco o que em decorrência da raça eu vivo mais eu experiencio mais, em questão de gênero o que eu vivo mais sabe, então a gente não olha pra isso sabe, com uma certa qualidade assim sabe, eu até acho que em alguns momentos isso possa ter vindo ser falado, mas nada muito aprofundado sabe. Então eu acho que a nossa formação ela ainda tá muito, muito restrita a gente não abre muito assim o nosso campo de visão assim né. (Gabriele, psicóloga, mulher cis branca)

Eu pensei muito quando eu respondi o questionário porque eu não queria ser injusta, mas eu não tenho nenhum registro desses temas terem sido abordados. Assim se foi, foi algo muito passageiro não a ponto de me convocar na graduação a pensar de fato. A gente passava questões às vezes de classe, mas assim eram assuntos muito... eu acho que não eram, não eram debatidos assim, quando a gente falava por exemplo das disciplinas né, de comunitária de institucional que falam de fenômenos como o encarceramento eu não lembro de ter uma problematização sobre né o porquê da população carcerária ser né, composta em números muito desproporcionais né, a maioria por homens negros eu não lembro disso sabe, eu lembro de se ater em coisas mais gerais assim de processos que não consideravam quem são essas pessoas né.[...] (Lia, psicóloga, mulher cis branca)

Nota-se que os conteúdos relacionados à Psicologia e Relações Raciais não foram tema de estudo durante a formação das(os) profissionais, sendo a raça um marcador social não considerado nos estudos da Psicologia, assim como o racismo não foi abordado como um causador de desigualdades sociais e sofrimento psíquico para a população negra no país. A Psicologia acaba por reproduzir a tendência universalizante do modelo eurocêntrico e não considerando a particularidade social e histórica do Brasil, o qual foi formado pelo encontro violento entre os povos europeus e os povos originários, assim como a população africana que reflete as relações sociais e subjetividades até os dias atuais. A Psicologia como parte da universidade ocidentalizada, acaba tendo como



referência os saberes produzidos pelo norte cêntrico, na qual o fazer científico e hegemônico tornou-se modelo e padrão após genocídios e epistemicídios dos povos colonizados que sofreram com o domínio europeu (GROSFOGUEL, 2016).

A preocupação com a lacuna de conhecimentos sobre a temática reflete-se na fala de um dos participantes, por considerar que esta falta gere impactos na atuação profissional da(o) psicóloga(o)

Bom é...como eu, como eu disse no meu questionário eu não tive propriamente...primeiro eu não tive nenhum autor né na graduação que abordasse a questão, não tivemos nenhuma disciplina, nem mesmo optativa, na especialização tampouco, não se vê eu diria que, ou melhor eu diria que a psicanálise começa a se ocupar disso mais recentemente, mas na psicologia eu não, não vi. Na minha graduação não vi. [...] Não ter tido contato na formação pra mim hoje soa absurdo porque você tá...a instituição forma um profissional alienado e desinstrumentalizado, incapaz de lidar com uma questão dessa magnitude, acho que é um, é um, uma falha acadêmica, é uma falha ética de proporções absurdas né, absurdo, absurdo [...]. (Bruno, psicólogo, homem cis branco)

A reflexão do participante traz em debate o racismo institucional que acaba afetando a formação, ao negligenciar o debate sobre um fator social e histórico importante para compreensão dos processos de subjetivação vivenciados pela população brasileira. O racismo institucional “não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como o resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça” (ALMEIDA, 2018, p. 29). O racismo institucional encontra inúmeras formas de manifestação na universidade, seja pelas dificuldades de acesso e permanência de alunas(os) negras(os) na instituição, seja pela falta de estudos relacionados à temática, seja pela exclusão da contribuição de autoras(es) negras(os) e da realidade latinoamericana nos currículos, entre outras maneiras.

Com o intuito de construir propostas para enfrentar os efeitos que o racismo institucional causa na formação acadêmica é necessário refletir sobre as ações necessárias para que se enfrente o silenciamento sobre o assunto. As DNCs da Psicologia a serem homologadas não contém um artigo específico no qual conste a obrigatoriedade do estudo da questão racial nos currículos da Psicologia, somente na licenciatura, devido a Lei 10.639/2003 que trata sobre a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira.



O Sistema Conselhos tem sido um importante aliado no enfrentamento do racismo, através de campanhas, a partir de legislações como a promulgação da Resolução nº 18/2002, a elaboração de cartilhas sobre o racismo como as Relações Raciais: Referências Técnicas para a atuação de Psicólogas(os) e com a crescente divulgação e realização de eventos que trazem a reflexão sobre o racismo e seus efeitos na sociedade. Sobre o papel do Sistema Conselhos, o participante destaca que tem achado a atuação efetiva.

Olha, eu tenho achado *hã* efetivo, mas... mas recente. Eu acho que...eu fico com essa impressão de que o tema tomou uma proporção, ganhou mais atenção recentemente. E eu acho que isso, eu acho isso é um problema nisso, porque eu fico com a impressão de que só ganhou espaço porque começou a constranger. Começou a constranger a branquitude né, então ok né, precisava constranger mesmo, mas eu acho que a única forma do Conselho se...reparar alguma coisa é se ele é...se engajar na formação, se ele conseguir se engajar nos cursos de psicologia e dizer que bom, isso não pode ser optativo (riso). Se isso for optativo, ah você pode dizer pra pessoa implique-se ou não se implique eticamente né. É um déficit formativo grave, gravíssimo. (Bruno, psicólogo, homem cis branco)

Como o participante destaca a instituição da obrigatoriedade de disciplinas nos currículos para que os estudantes se impliquem no estudo sobre os impactos do racismo. Em relação às disciplinas já ministradas e cursadas pelas(os) psicólogas(os) da pesquisa, quatro profissionais apontaram que o conteúdo foi trabalhado nas seguintes disciplinas: Psicologia Escolar; Psicologia do Direito; Escola, Aprendizagem e Contexto Cultural; Instituições; Psicologia Social; Psicologia Comunitária e Psicologia da Saúde. São disciplinas que versam sobre a Psicologia em seus aspectos sociais, institucionais e coletivos, o que é importante, porém necessário que se expanda para as demais áreas de ensino. Além disso, o participante refere que essa questão não deve ser uma opção para o profissional e sim, parte do compromisso ético profissional.

Um dos participantes relatou que apesar de ter estudado em algumas disciplinas sobre o assunto, achou a abordagem superficial e que parecia não haver interesse pelos colegas brancos em debater sobre a questão, sendo o tema sobre o racismo acompanhado pelos estudantes negros.

Abordagem não muito profunda, assim, existiu acho que foram conceituando falando de certa forma e ao mesmo tempo não muito profundo e digamos que visivelmente, às vezes tu via dentro do próprio contexto acadêmico que as pessoas não tavam dando nem importância pra



aquilo que estava sendo falado porque uma turma, nós formamos em torno de... acho que...em torno de uns três negros eu acho que eram, não lembro quantos que tinham e eram os únicos que se interessavam realmente pelo assunto o restante não tava dando muita bola pra esse tema né. Mas nunca muito profundo era só uns conceitos, um apanhado geral [...]. (Pedro, psicólogo, homem cis negro)

É interessante observar que pessoas brancas não se envolvem na discussão sobre o racismo na perspectiva do participante, pois demonstra que o racismo ainda é considerado um problema do negro, sem necessidade de implicação de pessoas brancas no debate. De acordo com Schucman (2014) ao não se racializar, a branquitude exime-se da responsabilidade sobre o racismo, silenciando sobre os privilégios adquiridos historicamente na sociedade e negando-se a debater a continuidade destes benefícios materiais e simbólicos obtidos por meio de exploração e desvalorização da população negra. O efeito do silenciamento em sala de aula, traz efeitos negativos para a formação acadêmica, pois os futuros profissionais não encontram um espaço de debate e compreensão sobre o racismo como um problema que gera efeitos subjetivos na população que poderá ser atendida na prática profissional.

Bom, hoje me sinto muito mais instrumentalizado para escutar o racismo, mas no começo da clínica onde não tinha e, onde não tinha referencial, eu não tinha conhecimentos, nem que eu estava num lugar de ignorante qualificado por poder trabalhar com isso, há teve um caso particular assim que eu não soube escutar o racismo. E que inclusive, me chocava a ideia de que a pessoa pudesse estar passando por aquilo né, acho que a minha resposta foi há negação. Bom, não é possível que a pessoa passe por tamanha crueldade, mas isso não teve nenhuma serventia no caso né, porque as coisas continuaram acontecendo e ali constatei que eu não tava apto para atender aquele caso. (Bruno, psicólogo, homem cis branco)

Neste trecho da entrevista percebe-se, pelo relato do psicólogo, a constatação sobre os efeitos da falta de capacitação na área. Em particular, na clínica, a escuta e acolhimento em relação ao sofrimento trazido por situações discriminatórias com base racial, pode ser prejudicada pela incompreensão do profissional sobre o que está sendo compartilhado. De acordo com Tavares e Kuratani (2019): “No campo da psicologia clínica brasileira, não se tem um corpo de conhecimentos, métodos ou estratégias sistematicamente desenvolvidas para o manejo clínico das repercussões do racismo sobre a saúde mental da população negra.” (TAVARES & KURATANI, 2019, p. 2 - 3). Pode-se refletir que essa lacuna de produção científica na área seja também uma das formas pelas quais o racismo institucional se apresenta, na qual o silenciamento sobre o



racismo no meio acadêmico acaba por perpetuar a ideia errônea de uma universalidade no processo de subjetivação, sem considerar aspectos sociais, históricos, culturais, econômicos e políticos.

O mito da democracia racial também acaba fortalecendo nas instituições de ensino a irrelevância do debate sobre o racismo, pois é considerado um tema superado que não se relaciona ao âmbito científico. É um exercício contínuo desvelar o racismo estrutural presente no cotidiano, trazendo o foco para o ensino superior e suas implicações para a sociedade. Por isso é preciso

Romper com o silêncio do estrutural sistema racista de nossa sociedade, dos que sofrem e dos que são beneficiados por ele, é um grande desafio para nós, psicólogos e professores, não só devido à falta de formação e informação sobre os dados que desmascaram e revelam o racismo brasileiro, mas também pela insistente crença em nossa ideologia de democracia racial. (SULEIMAN, 2014, p. 370)

Entre outras formas de complementar a formação acadêmica, há a possibilidade de se envolver em atividades como grupos de estudos, grupos de pesquisa, atividades de extensão e demais modalidades que venham a integrar a trajetória de estudos na Psicologia. Entre os participantes, sete afirmaram não terem participado de alguma atividade extracurricular que abordou o racismo como conteúdo, enquanto seis disseram que se envolveram em atividades que abordaram o racismo, ações estas como rodas de conversa, palestras organizadas pelos diretórios acadêmicos e diretórios estudantis, eventos, debates e grupos de pesquisa. Ações de sensibilização para trabalhar a temática racial em sala de aula servem como estratégias de ensino que podem ser utilizadas pelas(os) docentes. No relato de experiência publicado por Castelar e Santos (2012) as autoras destacam que para o trabalho com os estudantes de Psicologia nas disciplinas ministradas, foram utilizadas atividades múltiplas, como “as leituras orientadas, resenhas com apresentação para o coletivo, cine debates, palestras em sala de aula, visita a museus, exposições temporárias, participação em eventos diversos relacionados ao tema na cidade de Salvador-Ba e a produção de eventos na faculdade” (CASTELAR & SANTOS, 2012, p. 81).

Dessa forma, a abordagem sobre a temática do racismo pode ser realizada de diversas formas no processo de ensino. Uma das participantes, que é docente, comenta sobre a



importância de trazer diferentes recursos para a sensibilização dos alunos sobre a temática

[...] uma coisa que eu fazia era trazer muitos vídeos assim, pesquisas, pessoas falando das experiências delas, porque eu acho que ficar só no texto, no teórico não é o que toca. É a experiência humana né, de dizer olha vocês tão falando de uma pessoa, é uma pessoa que tá passando por isso né, e enfim e aí parecia que convocava mais. (Lia, psicóloga, mulher cis branca)

Na pesquisa realizada por Khouri e Castelar (2016) indica-se a importância do trabalho com as relações raciais a partir do uso de diferentes disparadores reflexivos. Assim, além da aula expositiva, o uso de vídeos, leituras diversificadas, relatos pessoais e outras estratégias podem auxiliar na conscientização e mobilização para o aprendizado e implicação dos futuros profissionais de Psicologia. As autoras também destacam o quanto a trajetória pessoal influencia no debate sobre o assunto, pois os estudantes encontram em outros espaços a oportunidade de discutir e aprender sobre o racismo e outras temáticas.

Ah eu acho que a gente não se sente preparada não sabe, eu acho que. Porque assim, até respondendo ao questionário eu fiquei tentando lembrar de momentos da graduação que a gente discuti sobre isso e não me veio à memória, sabe? E isso que eu me formei em 2018 sabe? Tipo assim, pensando especificamente na graduação nas aulas né, eu acho que muitos, muitas questões que eu fui estudando e lendo foi muito em decorrência do grupo de pesquisa sabe, pelos debates e tal né, então, mas eu acho que se não fosse isso, eu praticamente não teria visto nada assim na universidade, eu não lembro da gente debater isso em sala de aula sabe. Então a gente não se sente preparado né. [...] (Gabriele, psicóloga, mulher cis branca)

Por isso, a importância de espaços coletivos de construção teórico-prática e política também foi considerada nesta pesquisa. Os movimentos sociais e coletivos tem a característica de organização grupal na qual há o constante debate sobre os desafios enfrentados pelas populações socialmente excluídas. O Movimento Negro no Brasil foi importante para a mudança de perspectiva na Psicologia, na qual durante muitos anos, as pessoas negras figuraram como objeto de estudo das relações raciais, sendo que sua visibilidade enquanto sujeito partiu da reivindicação de vozes negras que apontavam como o racismo também limitava as epistemes e as produções científicas (SCHUCMAN & MARTINS, 2017).



Sobre a participação em coletivos, movimentos ou organizações que discutiram sobre o racismo, um dos participantes não respondeu, oito afirmaram não terem conhecimento sobre alguma organização no decorrer do curso de psicologia e cinco participaram de atividades promovidas ou integraram algum movimento. Foram apontadas a participação em rodas de conversas, em diretório acadêmico, participação em comissão de ações afirmativas e coletivo negro que fizeram parte do processo de aprendizagem das(os) psicólogas(os).

A graduação foi considerada como espaço formativo, porém não restringimos a pesquisa a esse percurso, pois entendemos que o processo de construção teórica e prática na Psicologia transpõe a academia, podendo se constituir em outros encontros que promovam e proporcionem a reflexão sobre os problemas sociais que acabam por impactar na atuação profissional. Entendemos que como psicólogas(os) a construção de conhecimentos é incessante, assim como a leitura sobre os problemas sociais, políticos, econômicos, culturais e demais fatores que estão relacionados às nossas vivências em sociedade.

Um ponto relevante foi a pergunta sobre a busca individual por capacitação das psicólogas(os) participantes do estudo, para compreender se havia a continuidade de qualificação na área sobre as relações raciais e o racismo. Do total de participantes, apenas dois responderam não realizar uma busca por materiais e formas de atualização sobre o assunto, sendo que os demais (doze) apontaram diversas atividades como formas de se instruir continuamente sobre a problemática. As atividades relatadas como parte integrante da formação foram variadas, sendo fontes de conhecimento a realização de leituras, assistir vídeos de canais do Youtube direcionados a questões raciais, espaços de discussão, cursos de extensão, rodas de conversas, filmes, seminários, grupos de estudo, eventos promovidos por diversas entidades inclusive o Sistema Conselhos - Conselho Federal de Psicologia (CFP) e Conselhos Regionais de Psicologia (CRP) e o processo de análise e psicoterapia.

O CFP e o CRP têm se aliado na luta antirracista a partir de elaboração de resoluções e demais documentos que orientam eticamente o fazer de psicólogos. O Código de Ética profissional determina que o psicólogo não deve ser conivente e reproduzir condutas discriminatórias (CFP, 2005). A resolução CFP N.º 018/2002 (CFP, 2002) foi elaborada



para regulamentar sobre a discriminação racial, que deve ser combatida, colocando o psicólogo como parte fundamental na compreensão e enfrentamento aos impactos negativos que o racismo causa na população brasileira. No ano de 2017, o Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) junto ao Sistema Conselhos lança o material chamado ‘Relações Raciais: referências técnicas para a atuação de psicólogas(os) sendo um documento que visa responder as reivindicações dos movimentos negros em relação “...produção de teorias que contribuam com a superação do racismo, do preconceito e das diferentes formas de discriminação” (CFP, 2017, p. 6).

Esses são alguns dos materiais vinculados aos órgãos responsáveis pela orientação e regulamentação da profissão no país, existem outras campanhas e eventos que tem como objetivo dar continuidade e visibilidade às lutas sociais que fazem parte das questões que psicólogas(os) atenderão em suas práticas. Na pesquisa optamos por questionar se as(os) psicólogas(os) conheciam dois documentos considerados importantes pelas pesquisadoras: a Resolução N° 018/2002 e as referências técnicas que trazem o zelo pela conduta profissional e material importante para reflexão profissional sobre o processo histórico da constituição de relações raciais e efeitos do racismo no país e na Psicologia.

Entre as(os) profissionais, cinco responderam que não conheciam a Resolução N° 018/2002 e os demais (nove) tiveram contato com a normativa. Já em relação ao material elaborado pelo CREPOP, apenas três participantes não a conheciam, enquanto 11 afirmaram ter conhecimento sobre as referências técnicas. Entre os participantes é predominante o acesso a diferentes materiais sobre o racismo e a Psicologia, entretanto não podemos concluir que as campanhas e divulgações na mídia tem alcançado a maior parte dos profissionais. A obrigatoriedade de um currículo amparado em diretrizes que preconizam os estudos da diversidade, especificando as realidades sociais de grupos minoritários é condição essencial se temos como objetivo a mudança estrutural de nossa sociedade.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi analisar o ensino temático do racismo nas trajetórias formativas de psicólogas(os) da cidade de Santa Maria/RS. Assim, durante a análise dos resultados, observou-se que é necessário não somente investigar se há ou não o estudo do racismo de maneira estruturante nas diversas disciplinas da Psicologia, mas também como ocorre sua abordagem, pois ao falar sobre esta temática, parte-se de um pressuposto em que a Psicologia é política, produz conhecimentos que sempre precisam ser situados e compreendidos em sua contextualização social e histórica. Com isso, a formação em Psicologia precisa ser antirracista, a fim de não cair em teorias e práticas que continuem reproduzindo as discriminações sociais e raciais.

O racismo como fenômeno complexo e com multiplicidade de manifestações precisa ser constantemente alvo de estudos para sua compreensão e enfrentamento, por isso não é possível que a Psicologia se mantenha distanciada de um posicionamento que tenha como foco o antirracismo. Ao propor o estudo sobre este conteúdo na graduação, considerou-se as possibilidades de averiguar se mudanças curriculares apontavam para transformação na academia que estivesse vinculada à uma mudança social. Entretanto, tem-se visto uma luta cada vez mais acirrada entre grupos que perpetuam a discriminação direta ou aqueles que utilizam a democracia racial como justificativa para uma não implicação na busca por igualdade social e os grupos que têm se articulado para debater, denunciar e enfrentar o racismo.

Portanto, como sugestão pensada a partir do processo de pesquisa e elaboração dos materiais e metodologias, reflete-se que é importante dar continuidade à investigação, aprofundando sobre quais abordagens têm sido realizadas quando se propõe ao ensino sobre relações raciais, como elas ocorrem, sob quais perspectivas e teorias, quais são os autores utilizados, a fim de pensar e questionar se o processo de ensino não perpetua práticas racistas. Isso se deve às possibilidades de falar sobre o assunto, mas de reproduzir os discursos que acabam por tentar silenciar e perpetuar o racismo epistêmico e institucional, baseados na experiência brasileira, no mito da democracia racial e ideologia de branqueamento.



Observou-se que os profissionais trouxeram para debate que a graduação ainda é um espaço em que a discussão sobre essa problemática estruturante do país, não tem sido foco de estudos e investigações, possibilitando aos alunos uma visão integrada e política sobre o papel do psicólogo na sociedade.

Algumas limitações enfrentadas durante a pesquisa decorreram do enfrentamento à pandemia de Covid-19 o qual gerou adaptações do estudo, principalmente no que tange ao cenário virtual, espaço amplamente utilizado para a condução da pesquisa. O número total de 14 participantes na pesquisa, por ser veiculada em instrumento *online* de considerável acesso aos profissionais, faz pensar sobre o porquê o número de participação não ter sido maior. Entre as hipóteses, podem ser questões ligadas à divulgação, ou pensar em outras maneiras de acesso. Pelo próprio esgotamento que o uso do ambiente virtual trouxe durante a pandemia, causando menor engajamento e participação em pesquisas. Ou ainda, a hipótese de o racismo não ser um assunto que mobilize parte da população, inserida na sociedade em que predomina o discurso da democracia racial.

Cabe salientar que embora não tenha sido o escopo deste artigo, ao falar sobre a formação acadêmica de psicólogas(os), refletiu-se a possibilidade de estudos antirracistas sobre as relações raciais durante a graduação, uma lacuna a ser investigada e desenvolvida. Além disso, destaca-se que a Psicologia enquanto profissão deve manter um posicionamento crítico no seu fazer, contextualizando sua prática, entendendo outros fatores além dos psíquicos que possam influenciar em nossas intervenções e pensando sempre nos benefícios ou malefícios que a atuação pode trazer. Isso corresponde a uma permanente reflexão ética de nossas bases teóricas e práticas, que podem refletir em mudanças sociais quando se tem o compromisso com a transformação não somente individual, mas principalmente coletiva da sociedade. É preciso romper com o silenciamento e trazer para o debate a questão racial na estrutura da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. *Lei 4119, de 27 de agosto de 1962*. Dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1962, publicado



em 05 de setembro de 1962, p. 9253. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/14119.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%204.119%2C%20DE%2027%20DE%20AGOSTO%20DE%201962.&text=Disp%C3%B5e%20s%C3%B4bre%20os%20cursos%20de,regulamenta%20a%20profiss%C3%A3o%20de%20psic%C3%B3logo.> Acesso em 20/7/2023.

BRASIL. *Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971.* Cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1971, p. 10473. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15766.htm#:~:text=LEI%20No%205.766%2C%20DE%2020%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201971.&text=Cria%20o%20Conselho%20Federal%20e,Psicologia%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAsncias.> Acesso em: 15/7/2023.

CASTELAR, Marilda; SANTOS, Carolina Conceição de Oliveira. Relações Raciais no Ensino de Psicologia: uma experiência de sensibilização. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, v. 1, n. 1, 2012, p. 75-86. Disponível em: <<https://www5.bahiana.edu.br/index.php/psicologia/article/view/43>> Acesso em: 19/7/2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Resolução nº 18 de 19 de dezembro de 2002.* Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial. Brasília: CFP, 2002. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2002/12/resolucao2002_18.PDF> Acesso em: 14/7 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA.. *Resolução n.º 10 de 21 de julho de 2005.* Código de Ética Profissional dos Psicólogos. Brasília: CFP, 2005. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2005/07/resolucao2005_10.pdf> Acesso em: 14/7/2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogas/os.* Brasília: CFP, 2017. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/09/relacoes_raciais_baixa.pdf> Acesso em 14/7/2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Ano da formação em psicologia: revisão das diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em psicologia.* São Paulo: Conselho Federal de Psicologia/Associação Brasileira de Ensino de Psicologia/Federação Nacional dos Psicólogos, 2018. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/07/RELAT%C3%93RIO-FINAL-REVIS%C3%83O-DAS-DIRETRIZES-CURRICULARES-NACIONAIS-PARA-OS-CURSOS-DE-GRADUA%C3%87%C3%83O-EM-PSICOLOGIA.pdf>>. Acesso em: 14/7/2023.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. *Parecer CNE/CES nº 1071/2019.* Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) dos Cursos de Graduação em Psicologia e estabelecimento de normas para o Projeto Pedagógico Complementar (PPC) para a Formação de Professores de Psicologia. Brasília: CNE, 2019. Disponível em: <https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_PAR_CNECESN10712019.pdf?query=teste> Acesso em: 14/7/2023.

GROSGOUEL, Ramón.. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Revista*



Sociedade e Estado, v. 31, n. 1, 2016, p. 25- 49. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/xpNFtGdzw4F3dpF6yZVVGgt/?lang=pt> Acesso em: 15/7/2023.

KHOURI, Jamille Georges Reis; CASTELAR, Marilda. Percepções de Estudantes sobre o Debate das Relações Raciais na Formação em Psicologia. *Psicol. Ensino & Formação* [online], vol.7, n.2, 2016, p. 53-62. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S2177-20612016000200005 Acesso em: 15/7/2023.

LÓPEZ, Laura Cecília. O conceito de racismo institucional: aplicações no campo da saúde. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v.16, n.40, 2012, p.121-34. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/hxpmJ5PB3XsWkHZNwrHv4Dv/> Acesso em: 18/07/2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec, 2014.

MOREIRA, Ana Luísa Coelho. Vidas Negras importam na Universidade? O Adoecimento Psíquico de estudantes negras e negros. *Revista da ABPN*, v. 13, n. 37, 2021, p. 123-150. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1266> Acesso em: 16/7/2023.

MOURA, Maria de Jesus Moura. Atuação Profissional e Relações Raciais. In: Conselho Federal de Psicologia (Org.). *Os direitos humanos na prática profissional dos psicólogos*. Brasília: CFP, 2003.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Perspectiva, 2016.

SALES JR., Ronaldo. Democracia racial: o não-dito racista. *Tempo Social*, v. 18, n. 2, 2006, p. 229-248. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/K6nMrtbTHFH6Pp6GbH5QRVN/?format=pdf> Acesso em: 10/7/2023.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. *Psicologia e Sociedade*, v. 26, n. 1, 2014, p. 83-94. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/ZFbbkSv735mbMC5HHCsG3sF/?lang=pt> Acesso em: 10/3/2023.

SCHUCMAN, Lia Vainer.; MARTINS, Hildeberto Vieira. A Psicologia e o discurso racial sobre o negro: do “objeto da ciência” ao sujeito político. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 37, (n. esp.), 2017, p. 172-185. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/CFM99XdXn4rxMPVjz5j5shy/> Acesso em: 10/3/2023.

SULEIMAN, Bianca Barbosa. Psicologia e Ensino das Relações Étnico-Raciais: uma experiência na formação de professores. *Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, v. 18, n. 2, 2014, p. 369-372. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/FtLLzYt7bsCDhwV3XXzQ7y/abstract/?lang=pt> Acesso em: 24/5/ 2023.



TAVARES, Jeane Saskya Campos; KURATANI, Sayuri Miranda de Andrade. Manejo Clínico das Repercussões do Racismo entre Mulheres que se “Tornaram Negras”. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 39, 2019, p. 1-13. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/PS556GX8mQ7CgwwzvbVgYts/>> Acesso em: 15/7/2022.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, v. 22, n. 44, 2014, p. 203-220. Disponível em: <<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>> Acesso em: 15/7/2023.

Recebido em: 07/08/2023

Aprovado em: 19/09/2023